



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

**Atena**
Editora
Ano 2021



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-784-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.847211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 1**”, reúne essencialmente estudos que centram-se na temática da Geografia como ciência, em diferentes contextos e perspectivas. Por meio de pesquisas transdisciplinares, revela-se a constituição do espaço geográfico como sendo o palco das realizações humanas, passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.








Entre os temas abordados destacam-se processos de ensino e aprendizagem, trabalho informal, crescimento econômico x crescimento social, mobilidade, violência e ocupação urbana, conflitos agrários e criminalidade, patrimônio arqueológico e alimentar, fronteiras raciais, turismo, entre outros. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, venezuelanas e mexicanas, o livro é composto por quinze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, que entrecruzam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento.







Nesse interim, o livro reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Editora Atena, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.


Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO	
Francisco Marqueline Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114121	
CAPÍTULO 2	14
A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR-APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA	
Sérgio Luiz Miranda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114122	
CAPÍTULO 3	28
A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA	
Alessandra Oliveira Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114123	
CAPÍTULO 4	39
CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114124	
CAPÍTULO 5	53
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114125	
CAPÍTULO 6	71
MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)	
Maristene Amaral Matos Cornélio Silvano Vilarinho Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114126	
CAPÍTULO 7	82
OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL	
Carolina Porto Luiz Geovan Martins Guimarães Bruna Cataneo Zamparetti José Gustavo Santos da Silva Juliano Bitencourt Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127	

CAPÍTULO 8.....	95
UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE	
Valter Luiz de Macedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128	
CAPÍTULO 9.....	109
VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES	
Liziane de Oliveira Jorge	
Giovanna Souza Piassi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129	
CAPÍTULO 10.....	123
ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210	
CAPÍTULO 11.....	135
CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL	
Vanderson Viana Rodrigues	
Eliezer Henrique da Silva Sousa	
Ademir Terra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211	
CAPÍTULO 12.....	149
MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA	
Carmelina González Ramírez	
Betty Judith Ramírez Chaparro	
Sandra Yusbeth Bustillos Leal	
Karena Rodríguez Acero	
Cleomary Oliveros Oliveros	
Daniela Rey Romero	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212	
CAPÍTULO 13.....	164
FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19	
Elinton Fabio Romão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213	
CAPÍTULO 14.....	176
ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vandrezza Amante Gabriel	
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141214>

CAPÍTULO 15..... 187


INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Débora Gaspar Soares

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Juliana da Fonseca Meira

Mariana Torres Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141215>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 199

ÍNDICE REMISSIVO..... 200

CAPÍTULO 11

CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL

Data de aceite: 01/12/2021

Vanderson Viana Rodrigues

Mestrando em Geografia - Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG/UEPA – Belém/PA; Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA- São Luís/MA; Graduando em Direito Bacharelado pela Faculdade Laboro - São Luís/MA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ e do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA/CNPQ; Bolsista de Mestrado FAPEMA sob o Edital 12/2020 – 2021/2022

Eliezer Henrique da Silva Sousa

Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA- São Luís/MA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ; Bolsista do programa institucional de balsas de Iniciação Científica - IC BIC/UEMA/FAPEMA

Ademir Terra

Professor Doutor adjunto do departamento de Geografia e História – DHG/UEMA; docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR/UEMA; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ

RESUMO: Neste trabalho realizamos um levantamento dos conflitos agrários que envolvem camponeses na busca por afirmação cultural e territorial, que resistem em seus territórios e os grandes produtores de grãos, tendo como cenário o município de Balsas – MA. Os conflitos aqui analisados têm sua gênese ligada às políticas de povoamento e incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares no período de 1970, quando Balsas recebeu um grande número migrante vindos do sul do país, os quais trouxeram consigo a “cultura da soja” e na região encontraram apoio para desenvolver seus projetos econômicos. A partir de então instalam-se novos e mais complexos conflitos socioespaciais que permanecem até os dias atuais, pois as atividades desempenhadas pelos produtores de soja nem sempre têm sido executadas com os melhores critérios do ponto de vista de preservação da natureza e da valorização da territorialidade preexistente, o que de certa forma, contribui para criar novos conflitos além do agravamento daqueles que já se faziam presente, como por exemplo o acirramento das mazelas urbanas ao impelir os camponeses em direção a cidade. Fato esse que contribuiu para o agravamento da realidade socioeconômica dos camponeses, que pressionados pela grande massa de produção mecanizada, são inviabilizados de manter seu modo de vida e a forma de uso da terra. Contudo os camponeses balsenses têm se articulado entre si e com entidades que os apoiam, e assim, vem resistido bravamente para manter suas tradições e autonomia, frente a esse novo cenário no município.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos agrários, Camponeses, Agronegócio.

AGRARIAN CONFLICTS, VIOLENCE AND CRIMINALITY: BRAVE PEASANTS AND THE STRUGGLE FOR LAND/TERRITORY IN BALSAS IN MARANHÃO - BRAZIL

ABSTRACT: In this work we carried out a survey of agrarian conflicts that involve peasants in the search for cultural and territorial affirmation, who resist in their territories and the large grain producers, against the backdrop of the municipality of Balsas – MA. The conflicts analyzed here have their genesis linked to the settlement policies and agricultural incentives implemented by the military governments in the period of 1970, when Balsas received a large number of migrants from the south of the country, who brought with them the “soybean culture” and in the region found support to develop their economic projects. Since then, new and more complex socio-spatial conflicts have arisen that remain to this day, as the activities carried out by soy producers have not always been carried out with the best criteria from the point of view of nature preservation and territoriality valorization preexisting, which in a way, contributes to creating new conflicts in addition to the aggravation of those that were already present, such as the intensification of urban ills by pushing peasants towards the city. This fact contributed to the worsening of the socioeconomic reality of the peasants, who, under pressure from the large mass of mechanized production, are unable to maintain their way of life and the way they use the land. However, the Balsense peasants have articulated among themselves and with entities that support them, and thus, they have been bravely resisting to maintain their traditions and autonomy, in view of this new scenario in the municipality.

KEYWORDS: Agrarian conflicts, Peasants, Agribusiness.

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa averiguou-se os conflitos socioespaciais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas no Maranhão, os processos de territorialização e configurações sociais associadas às principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município. Nesta análise os conflitos socioespaciais abordados serão compreendidos enquanto parte das dinâmicas de territorialização e os processos de mudança nos modos de produção, como transformações espaciais provocadas pelas práticas dos atores sociais.

Objetivou-se levantar e analisar os principais conflitos socioespaciais que insurgem envolvendo as famílias camponesas e os sojicultores em razão da territorialização e espacialização da agricultura científica globalizada no município de Balsas no Maranhão. Para alcançar tal objetivo, fez-se necessário empreender reflexões teóricas visando caracterizar conflitos socioespaciais; traçar um perfil dos principais conflitos; confrontar as distintas percepções acerca destes conflitos socioespaciais entre lideranças de camponeses e sojicultores do município.

Para tanto, empregou-se como método o materialismo histórico, pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). No percurso metodológico

deste estudo, empreendeu-se em um primeiro momento uma pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis. (PISCIOTTA, 2003).

Desta forma, para o desenvolvimento da pesquisa e a obtenção dos objetivos propostos, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre território, disputas por terra, produção de soja no Maranhão, expansão da soja no Maranhão, conflitos agrários e campesinato, em sites, anuários, periódicos, artigos (principalmente aqueles disponíveis no portal de periódicos da Coordenação Pessoal de Nível Superior – CAPES), livro e outros. Com o intuito de compreender os fundamentos desses conceitos, percebemos a necessidade de realizar leituras diversas, trazendo conceitos e temas de várias áreas da Geografia, e de outras ciências, como História, Agronomia, Economia, Sociologia, Direito, Ciência Política, dentre outras.

Nas atividades de campo foi possível uma maior aproximação com o público alvo da pesquisa o que proporcionou uma visualização da realidade, bem como das peculiaridades do recorte espacial proposto. Além de aplicar questionários aos camponeses, realizou-se entrevistas com lideranças de importantes organizações que atuam na defesa do campesinato no município, com destaque para: a presidente da Associação Camponesa – ACA, o coordenador e um agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT local, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Balsas. Entrevistou-se também representantes dos produtores de *commodities* do município: o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas – SINDIBALSAS e um representante da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Maranhão - APROSOJA – MA.

Com base em tais pressupostos é que se procedeu a análise dos conflitos pela posse da terra oriundos dos processos de mudanças no município de Balsas no Maranhão, provocados pela territorialização e espacialização da lavoura científica globalizada. A análise desses processos se pautou na compreensão dos principais atores sociais envolvidos, (camponeses e sojicultores) dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007), e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e seus recursos naturais, para que as inter-relações fossem mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais fossem compreendidas.

A TERRITORIALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA LAVOURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO MUNICÍPIO DE BALSAS NO MARANHÃO

A região sul do estado do Maranhão, que abrange hoje a Microrregião dos Gerais de Balsas, durante séculos teve suas terras utilizadas para a pecuária extensiva desenvolvida em latifúndios voltados para o abastecimento de centros urbanos nordestinos, além de pequenas lavouras praticadas por camponeses que tiravam da terra os recursos necessários

para sua subsistência e moradia, cujo modo de vida foi fundamental para a manutenção do bioma do cerrado, característico da região.

O solo da região até então considerado inadequado para o cultivo de lavouras comerciais, a partir dos anos 1970, em razão do avanço tecnológico e da modernização da agricultura, tornaram-se atrativos às novas frentes de expansão agrícola.

O cultivo da soja se expandiu rapidamente como resultado da combinação de preços, e subsídios governamentais diretos e indiretos, especialmente no que se refere a investimentos, e parceria entre o Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja, adaptadas às condições da região,

Contudo, houve uma corrida de indivíduos com interesses diversos na região, Costa (1998, p. 46) assevera que foram atraídas “[...] empresas industriais, bancárias e comerciais em muitos casos de setores de ponta do desenvolvimento nacional, a par de grupos familiares latifundiários poderosos nas áreas antigas do País”.

Os sojicultores, oriundos do Sul do Brasil se deslocaram em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico que poderiam ser viabilizadas com a aquisição de terras. Todavia, os diferentes grupos sociais que participaram do processo de ocupação e colonização do município de Balsas - MA, ao longo dos anos, foram sendo distribuídos espacialmente a partir da dinâmica de territorialização e de suas práticas sociais e ambientais.

A partir dos anos de 1990, a produção do campo se torna, essencialmente, uma atividade empresarial que promove um intenso processo de concentração da posse da terra e de violentos conflitos entre especuladores de terras, sojicultores, populações tradicionais, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das Igrejas Católica e Luterana de Balsas.

Ou seja, a territorialização e a espacialização da nova dinâmica agrícola, com viés produtivista, na região por intermédio dos migrantes sulistas “levaram a um forte impacto social através da confrontação destes novos migrantes com as populações índias e caboclas já estabelecidas - confrontação que se reflete no crescimento dos conflitos pela posse da terra” (SALATI, 1990, p. 36).

OS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO TERRITÓRIO BALSENSE

Moreira apud Rodrigues e Alencar (2007), afirma que o espaço nasce da tensão entre o local e a disposição, e que a seletividade é um processo importante que se dá devido às diferenças das estruturas. Essas diferenças são o resultado de inúmeros fatores de classificação espacial que vão desde os fatores físicos aos econômicos. A seletividade se dá de acordo com a demanda do modo de produção predominante do local.

Os atributos que cercam o município de Balsas são atraentes à expansão do

agronegócio uma vez que a localização do município o agrega características exigidas por esta atividade econômica, uma delas é a interligação das rodovias no município o que o torna privilegiado por facilitar o escoamento dos grãos até o complexo portuário de São Luís, este que é o quinto porto em movimentação de carga do Brasil, e que serve 10 estados Brasileiros (ANTAQ, 2015) é uma das mais significativas vantagens da região requeridas pelo agronegócio, o que tornou o município de Balsas o principal produtor da soja do Maranhão, contudo essa produção também tem se estendido para municípios de Tasso Fragoso e Riachão localizados na Microrregião Geral de Balsas - MA.

O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato na região de Balsas, é um conflito que se dá de forma encoberta, sem muito alarde, para não chamar a atenção da sociedade em geral, pois só é percebido quando se empreende uma análise comparativa dos dados disponíveis. Contudo, a luta do camponês contra o avanço do agronegócio sobre suas terras é para ele uma forma de manutenção dos seus meios de produção e de seu modo de vida, e desta forma, ser o compositor da sua própria história, ou seja, não submetendo sua vida aos caprichos do grande capital, que não mede esforços para esmagar o seu lugar e sua cultura.

Esse conflito é entendido como “[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2007, p. 10), se caracteriza de muitas maneiras, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá de forma mais violenta e mais cruel, pois mata, desaloja, e deixa marcas.

A dimensão da luta pela terra em Balsas no Maranhão, bem como, a forma banal com que esta questão é tratada pelas agências das diferentes escalas de governos pode ser avaliada através da confrontação dos dados expostos no Gráfico 1, sobre a evolução do número de conflitos pela terra e da criação de assentamentos rurais.

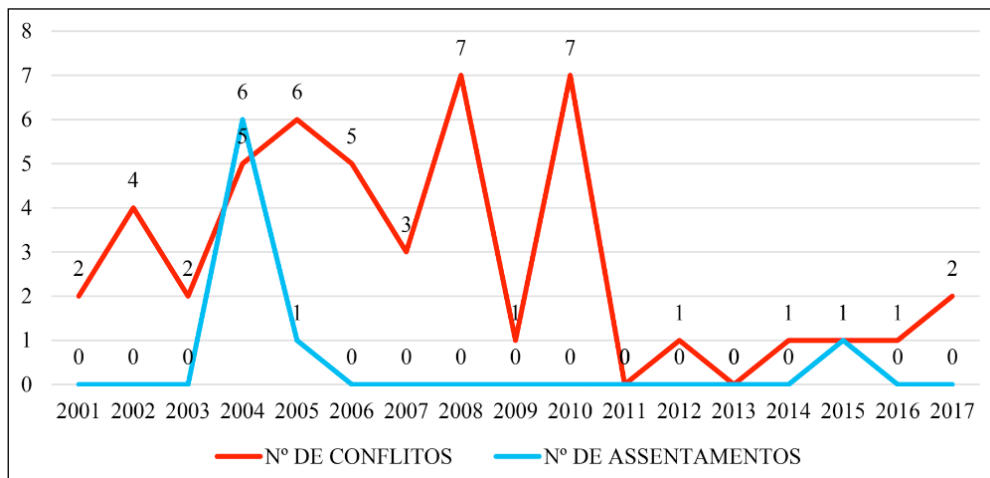


Gráfico 1- Evolução dos conflitos agrários e da criação de assentamentos rurais no município de Balsas entre 2001 e 2017

Fonte: CPT, 2017

Org.: RODRIGUES, 2017

O Gráfico revela que no município entre os anos 2001 a 2017 foram registrados 48 (quarenta e oito) conflitos fundiários, com alguns picos nos anos de 2008 e 2010, quando ocorreram 7 (sete) conflitos, porém nos últimos anos houve uma trégua, quando então registrou-se uma queda na ocorrência de conflitos. Não tardou muito para a efervescência da luta pela terra retomar seu ritmo, pois somente nos seis primeiros meses de 2017 foram registradas 2 (duas) ocorrências, as quais ainda estão sob investigação, cujo resultado raramente é favorável aos camponeses, como os dados do Gráfico 1 comprovam, pois no mesmo período foram criados apenas 8 (oito) assentamentos rurais, contrariando a lógica da paliativa criação de assentamentos rurais, mecanismo de apaziguamento pontual das disputas territoriais no campo, e ao mesmo tempo, uma alternativa ao não enfrentamento definitivo da questão, que somente viria através uma verdadeira reforma agrária.

Alguns conflitos são decorrentes da aquisição das terras por parte dos fazendeiros para implantação de campos de produção de soja nas proximidades dos assentamento rurais criados pelo INCRA, NEPE e ITERMA, tal localização é responsável inúmeros problemas que afetam os camponeses de diferentes formas, como por exemplo: o impedimento da criação dos animais de modo tradicional, ou seja, soltos nas áreas de chapada, prática esta que compõe o sistema de produtivo das famílias camponesas, no qual, as roças é que são cercadas, enquanto os animais pastoreiam nas áreas de uso comum, que no caso em análise se dá nas áreas de chapadas. Na situação atual ocorre o inverso, pois os campos de soja estão instalados justamente nas chapadas e não são cercados, desta forma, a criação dos animais dos camponeses é que devem ser limitadas.

Os assentamentos rurais têm a função de abrigar as famílias que em sua maioria lutam a anos para se manterem territorializadas em áreas que já ocupam, porém sem documentos que garantam sua posse, ou por aqueles, a maioria, que buscam sua territorialização para dar continuidade ao modo de vida camponês que em algum momento de sua vida ou das famílias que descendem fora interrompido, direito este que lhes são assegurados pela Lei nº 4.504/64 que traz em seu artigo 2º a garantia de que:

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei.

§1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a. favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b. mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c. assegura a conservação dos recursos naturais;
- d. observa as obrigações legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (BRSIL, 1964).

Os assentamentos são regulamentados pelo INCRA ou pelos Institutos de Terras – ITs dos estados, criados a partir de decretos assinados pela presidência da república no que cabe a casa cível de assuntos jurídicos. Segundo Leite (2012) estão atrelados, por um lado, a atual ação estatal direcionada ao controle e a delimitação do novo “espaço” criado e, por outro, às características dos processos de luta e conquista da terra empreendidos pelos trabalhadores rurais. No entanto por conta da má aplicação e má distribuição das políticas públicas, inúmeros assentamentos enfrentam dificuldades para serem implantados e para serem equipados com estruturas que visem uma melhor qualidade de vida para os assentados.

Segundo Terra (2009):

Hoje, o processo de reflexão sobre o agrário, entendido na dimensão da luta social pela conquista da terra e da permanência nela, (re)dimensiona-se na proporção que a discussão pela reforma agrária intensifica-se, não apenas na distribuição de terras, mas também na potencialização de seus projetos. (TERRA, 2009, p. 44)

Assim em Balsas evidencia-se que a implantação do cultivo da soja na região trouxe consigo novas práticas agrícolas. Assim, a “roça” local, praticada pelos camponeses, passou a ter como vizinho o agronegócio representado hegemonicamente pela *commoditie* da soja. Esses campos de soja que vigorosamente se espacializou nas áreas de chapadas, e estas, em razão das suas características edafoclimáticas, pelo uso de agroquímicos para correção da acidez do solo e de agrotóxicos para livrar das “pragas” e de vegetação indesejada se tornaram o *lócus* ideal para o cultivo da leguminosa.

Se por um lado o emprego dessas inovações refletem no aumento da produtividade,

e conseqüentemente em lucratividade para os produtores do setor, por outro lado, trouxe uma série de problemas como o desmatamento da vegetação do cerrado, contaminação do lençol freático, expulsão dos camponeses de seus territórios, entre outros problemas mais gerais que já são de domínio público, todavia, existem aqueles que não aparecem nos dados das estatísticas oficiais, mas que igualmente afetam endemicamente os camponeses assentados ou não da “reforma agrária”, como a morte de animais por envenenamento, muitas vezes de modo proposital por parte do seus novos vizinhos, que por vezes, empregam até mesmo o uso de armas de fogo; a contaminação dos mananciais que os abastecem, afetando assim a saúde das famílias camponesas; a destruição de suas lavouras pelas pragas que infestam suas lavouras em virtude de serem afugentadas das grandes lavouras pelo emprego do agrotóxico, obrigando os camponeses também recorrer ao uso destes produtos, o que lhes impedem de se dedicarem ao cultivo de uma lavoura orgânica etc. Estes problemas, são parte do corolário das causas que promovem os conflitos que envolvem os camponeses e os produtores de *commodities* na região.

Segundo a CPT, de 2001 a 2017 cerca de 3.350 famílias camponesas entraram em conflitos por terras no município de Balsas no Maranhão, e que a maioria destas famílias foram desterritorializada para ceder espaço às lavouras de soja.

As políticas brasileiras voltadas para a questão agrária, não abrangem as especificidades das disputas por terras no Maranhão. Fato esse que somente contribuiu para agravar ainda mais a precária situação dos camponeses assentados ou não pela política de distribuição de terra, os quais são pressionados pela grande massa de produção mecanizada, e constantemente questionados quanto à relevância do seu modo de vida e de uso da terra.

Considerando os dados levantados ao longo desta pesquisa, evidencia-se que os conflitos socioespaciais que envolve os camponeses no município de Balsas no Maranhão, ocorrem principalmente em virtude do avanço do agronegócio na região, tais conflitos, de acordo com os dados da (CPT, 2016), tiveram o seu ápice no ano de 2010, culminando com a ocorrência de 7 (sete) conflitos envolvendo uma área de aproximadamente 10.158 hectares de terras e 902 famílias. Contudo em razão da espacialização do agronegócio para outros municípios da Microrregião Gerais de Balsas os conflitos socioespaciais também se territorializam e especializam no demais municípios da microrregião.

CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMUNIDADE CAMPONESA DE GADO BRAVINHO

Tais conflitos são evidenciados antes mesmo da criação da PA, pois o Município de Balsa teve sua configuração socioterritorial modificada com a chegada de novos atores social, assim a área que hoje abriga o assentamento, mesmo já sendo habitada por camponeses à décadas, foi adquirida por um fazendeiro por volta do ano de 1970, tal

assertiva é corroborada pelo depoimento de um camponês assentado no PA Gado Bravinho:

A terra estava aqui, não tinha dono, nós mesmos que morávamos aqui. Um dia nós estávamos aqui sentado na frente de casa, quando chegou um “carrão” e de lá desceram uns cinco homens, uns moços todos chiques, de terno, um deles veio e pegou na minha mão, perguntou meu nome e depois sentou, eu pedi pra mulher passar um café para eles e, nós ficamos conversando, conversa vai e vem, um deles perguntou se eu tinha o documento da terra, eu disse que não tinha, mas que já morava aqui a mais de 40 anos, e que outras pessoas que moravam ali tinham documento, mas não era da terra toda, daí ele disse que comprou essa terra e tinha vindo olhá-la. (Entrevista realizada em 08 de fevereiro de 2018, com uma camponesa do assentamento Gado Bravinho - Balsas)

Contudo, mesmo após a aquisição da área pelo fazendeiro na década de 1970, os camponeses continuaram habitando na parte baixa da propriedade, num total de aproximadamente 10 famílias, aquelas que supostamente possuíam a documentação das terras continuaram habitando na área e desenvolvendo suas atividades sem serem incomodadas. Os camponeses relatam que a propriedade era improdutiva, e que ninguém da parte do fazendeiro habitava na fazenda, não havia se que uma sede.

Por volta dos anos 2000 o tal fazendeiro que havia visitado os camponeses teria dito que sua propriedade estava à venda e que, por isso, os camponeses teriam que sair da área. A partir deste momento inicia-se a luta e resistência dos camponeses pela manutenção de suas famílias na área, os quais pediram ajuda à igreja católica e às entidades (CPT, STTR e ACA) que já auxiliava outras famílias do município em suas lutas.

Os camponeses como forma de luta resistiram em sair da terra, fortaleceram a luta com a junção de outras famílias que haviam sido expulsas de fazendas vizinhas, foram até a regional do INCRA em Imperatriz-MA e pressionaram para a criação da PA (o projeto de solicitação da criação foi enviado no ano de 2007 pelo STTR ao INCRA). Nesse processo de luta e manutenção das famílias na localidade elaborou-se o projeto final da PA em 2010, após a realização do laudo agrônômico e do memorial descritivo da área. O decreto de criação foi assinatura pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2011.

Um detalhe no processo de criação da PA nos chamou atenção, segundo o memorial descritivo no item 3.13 - Superposição de áreas a outros imóveis (Resolução / INCRA/ CD/Nº 3/2006 e Instrução Normativa nº 28 de 24 de janeiro de 2006) temos a seguinte afirmação:

Foram apresentados documentos de ocupantes do imóvel em epígrafe, os quais constam no bojo do processo, no entanto as áreas não foram demarcadas, pois as mesmas não existem plantas e memorial descritivo, todavia, as benfeitorias e suas respectivas localizações estão calçados no mapa procedente do levantamento topográfico através do GPS (INCRA, 2013, p. 37).

Isto reflete a negligência do INCRA na hora de realizar a desapropriação da fazenda, que mesmo relatada no processo como um local de conflitos fundiários não teve a

problemática resolvida, pelo contrário o órgão público nem se quer teve a preocupação de levantar as informações e realizar a resolução do conflito, deixando tal circunstância sobre as costas dos camponeses que nada tem a ver com tal problema, mas sofrem por não terem autonomia em sua totalidade sobre “sua área” e seu território.

Duas áreas de conflitos estão dentro do próprio assentamento (Figura 1).

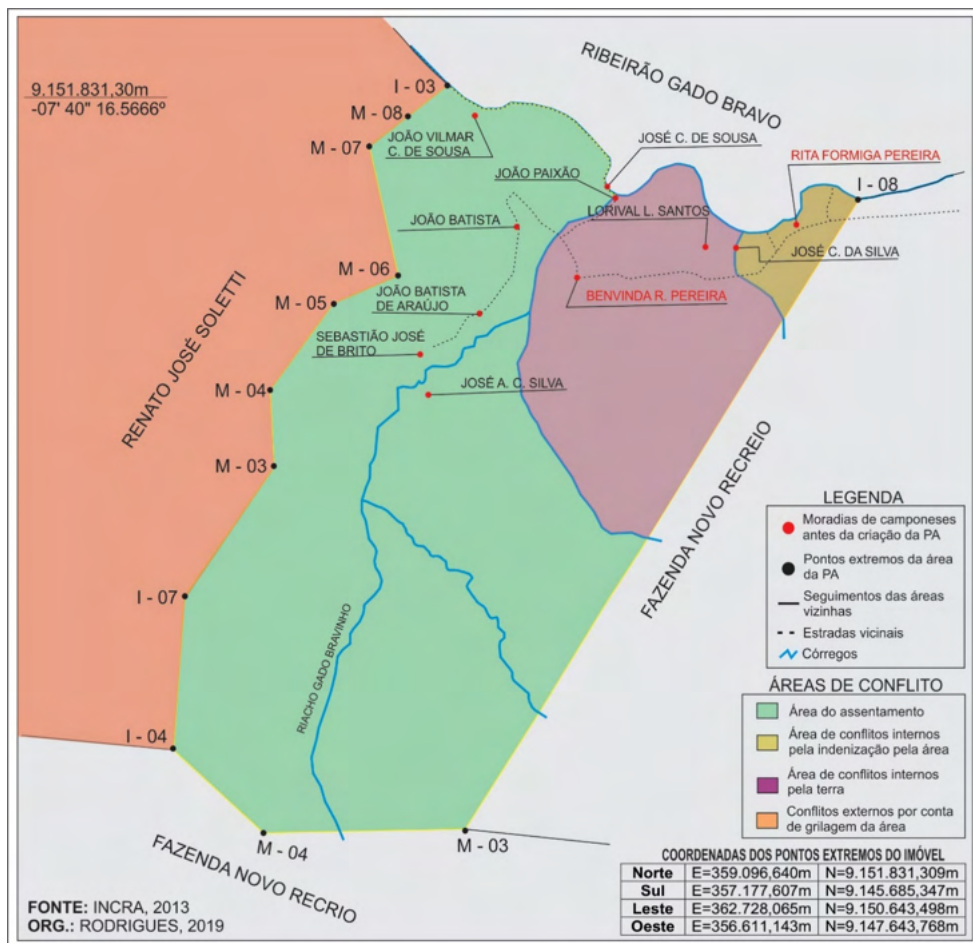


Figura 1 – Sobreposição e conflitos nas áreas na PA Gado Bravinho

Fonte: INCRA, 2013

ORG.: RODRIGUES, 2019

Na primeira visita que realizamos no PA em 2017, os únicos conflitos presentes na área eram esses dois, contudo a conjuntura se complexificaram no ano de 2018.

Como podemos vislumbrar nas Figura 10, na área destacada em laranja temos a principal zona de conflito, e de confronto estabelecida no assentamento. Trata-se de um

conflito fronteiriço onde um fazendeiro com propriedade vizinha ao assentamento, tem ameaçado os camponeses da PA, por meio de jagunços, tiros para o alto e todo tipo de pressão psicológica.

Em 16 de janeiro de 2018, foi registrado no 1º Distrito Policial de Balsas, um boletim de ocorrência que trata de um incidente de ameaças e queima de moradias (Fotos 1 e 2) de alguns camponeses do assentamento, segundo um assentado a ocorrência foi por conta da tentativa de um fazendeiro vizinho em mudar acerca do assentamento de local, avançando para dentro da área dos assentados cerca de 300 metros.



Foto 1 – Vista dos restos da primeira casa queima na PA
Fonte: CPT, 2018



Foto 2 – Registro de restos de moradia de um camponês após fogo
Fonte: CPT, 2018

Em 22 de janeiro do mesmo ano, novamente famílias da PA sofreram ameaças de jagunços, tais famílias foram expulsas de suas moradias e tiveram todos os seus bens queimados junto com a própria casa (Fotos 3 e 4).



Foto 3 – Casas queimada após expulsão de camponeses da área da PA
Fonte: CPT, 2018



Foto 4 – Parte interna da casa
Fonte: CPT, 2018

Essa situação foi relatada com mais calma por uma camponesa assentada no Gado Bravinho, numa visita que realizamos em 24 de fevereiro de 2019, a senhora desabafou dizendo: “esse homem quer as nossas terras para plantar soja, e onde não dá para plantar soja, ele vai transformar numa reserva de floresta para enganar as autoridades.” Entendemos que a ausência do poder público na área e a negligência dos mesmos tem agravado cada dia mais a questão fundiária do assentamento, deixando os camponeses em uma situação de abandono e encurralados em meio ao conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados até aqui analisados, conclui-se que os conflitos socioespaciais entre os camponeses e sojicultores no município de Balsas no Maranhão, de modo geral, se dá em virtude da ausência de uma reforma agrária, pois consideramos que a política de distribuição de terras, utilizada para amenizar tensões locais, que historicamente se adotou no Brasil, passa ao largo daquilo que poderíamos considerar como uma reforma agrária, não passando de uma pura e simples redistribuição de terras, e quando isso ocorre, se dá muito mais pela pressão promovida pelos movimentos sociais, ou seja, os assentamentos quando são criados, isto se dá muito mais em resposta às disputas territoriais que se desdobram em conflitos, do que por força de uma legislação que objetiva promover uma efetiva reforma agrária, assim sendo, a referida política de distribuição de terra é inócua, pois não promove a desconcentração da propriedade da terra no país,

A criação do PA Gado Bravinho no município de Balsas é um exemplo desta políticas emergenciais, sua criação se deu em virtude do recrudescimento das lutas no município que impeliu o INCRA a agir para evitar maiores consequências, todavia, tanto o INCRA na escala da união quanto o ITERMA na escala estadual, que são órgãos que deveriam atuar na realização de uma verdadeira reforma agrária, estão sucateados e enfraquecidos e muitas vezes cooptados pelo agronegócio, em detrimento das comunidades camponesas sejam elas comunidades tradicionais, quebradeiras de coco, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores, quilombolas etc.

No Maranhão essa situação parece não ter soluções, pois o próprio governo negligencia investimentos em reforma agrária. A luta em busca da posse legal da terra e, pela afirmação da identidade tradicional cultural das diversas comunidades campesinas, se tornou uma luta ferrenha e sangrenta pois se desdobra em violência e impunidade. A CPT em diversos de seus relatórios anuais tem colocaram o Maranhão no primeiro no ranking dos conflitos agrários do país, principalmente no ranking de assassinato no campo. Isso mostra que muito pouco ou nada se tem feito para minimizar tais problema.

A falácia da reforma agrária, a violência policial, presente nos últimos registros de conflitos e a seletividade do Estado sobre a quem beneficia com políticas agrícolas, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo. O abandono dos

mais necessitados e a expulsão dos camponeses revelam a situação drástica do campo maranhense e reafirma a necessidade da organização dos trabalhadores do campo e dos setores progressistas para debelar tal situação.

Por isso, entendemos a importância dos movimentos sociais de luta e resistência com o intuito de ajudar na busca do direito à posse legal da terra no município de Balsas. A participação da sociedade maranhense e da comunidade de intelectuais é de suma importância para de fato a mudar a atual realidade. Faz-se necessário perceber que a luta pela terra no município de Balsas tem se tornado uma tarefa difícil, isso porque, os latifundiários e os produtores de *commodities* – que em última análise se fundem num só – são de fato os destinatários das políticas governamentais estaduais voltadas para o campo no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ANTAQ. **Boletim Informativo Aquaviário**: 3º Trimestre 2015, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/porta/Estadisticas_BoletimPortuario.asp> Acesso em: 03 de jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 08 jan. de 2018.

Comissão Pastora da Terra – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2007.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, 2016.

_____. **Ocorrência de Conflito por Terra**. Serie: 1985 a 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias?Itemid=-1>>. Acesso em: 05 de junho 2017.

COSTA, F. A. **Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos**. Cadernos NAEA, Belém, v. 1, n. 1, jun. 1998.

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia**: uma guia teórica e metodológica. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política**. (Org.) BURSZTYN, M. In: A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

PISCIOTTA, Kátia. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, S.J.D. & ALENCAR, F.A.G. Conflitos territoriais no espaço agrário maranhense. apud MOREIRA, R. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. (2007)

SALATI, E., and Marques, J., 1984: **Climatology of the Amazon region**, in H. Sioli, Ed., *The Amazon: Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and its Basin*. W. Junk, Dordrecht, The Netherlands. 1990, p. 36-37.

TERRA, A. **REFORMA AGRÁRIA POR CONVENIÊNCIA E/OU POR PRESSÃO? ASSENTAMENTO ITAMARATI EM PONTA PORÃ – MS: “o pivô da questão”**. tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente 2009.

VERGARA, S. Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal: o caso das usinas hidrelétricas**. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 3, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 45, 48, 50, 62, 73, 85, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 101, 107, 109, 112, 115, 117, 119, 121, 136, 137, 139, 140, 147, 166, 170, 172, 173, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Aprender 14, 15, 19, 20, 21, 25

Aprendizagem 16, 19, 25, 177, 184, 199

Avaliação 59, 86

B

Brasil 16, 25, 27, 28, 29, 37, 38, 39, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 121, 135, 138, 139, 146, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 197, 198

C

Cidadania 16, 25, 26, 27, 69, 81, 122, 146, 181

Cidade 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 65, 67, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 118, 121, 135, 167, 169, 170, 173

Conflito 64, 110, 139, 144, 145, 146, 147

Conhecimento 3, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 90, 98, 164, 165, 179, 182, 183

Contexto 6, 12, 14, 16, 17, 22, 26, 27, 32, 38, 40, 47, 48, 51, 56, 87, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 115, 122, 125, 132, 177, 178, 181, 190

Cultura 1, 2, 3, 8, 12, 45, 49, 50, 51, 67, 68, 92, 93, 111, 118, 121, 135, 139, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

D

Dados 16, 17, 19, 32, 33, 34, 40, 42, 55, 59, 61, 62, 73, 76, 82, 86, 88, 90, 96, 107, 109, 111, 115, 117, 121, 137, 139, 140, 142, 146, 164, 172, 173, 174, 181, 182, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198

Desenvolvimento 7, 9, 11, 17, 26, 27, 32, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 93, 112, 115, 121, 135, 137, 138, 148, 164, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 199

Desenvolvimento regional 64, 68, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Diversidade 7, 30, 33, 41, 67, 177, 180, 184, 190

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 51, 55, 59, 63, 66, 68, 69, 82, 92, 93, 118, 172, 174, 180, 190, 197, 199

Educação geográfica 199

Ensinar 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26

Espaço 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 70, 74, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 141, 142, 147, 167, 169, 170, 172, 173, 179, 183, 186

Espaço geográfico 15, 22, 23, 26, 29, 98

Estudo 13, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 36, 39, 42, 53, 55, 64, 69, 71, 73, 79, 80, 84, 86, 96, 98, 99, 106, 108, 137, 147, 186, 187, 188, 190, 192, 196, 197

F

Fonte 2, 4, 18, 42, 43, 44, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 77, 84, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 140, 144, 145, 182, 189, 191

Formação 8, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 46, 58, 68, 70, 71, 73, 81, 95, 96, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 171, 183, 184

G

Geografia 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 52, 53, 54, 63, 64, 70, 71, 74, 81, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 135, 137, 148, 164, 170, 199

H

Humano 7, 8, 21, 22, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 98, 124, 156, 179, 189, 196

I

Indígena 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 103, 172, 181

Informação 33, 65, 69, 82, 83, 86, 93, 97, 172, 197

L

Linguagem 1, 2, 10, 12, 65, 82, 94, 168, 178, 186

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 22, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 63, 64, 65, 73, 100, 121, 131, 139, 161, 167, 179, 183

M

Metodologia 10, 13, 17, 41, 73, 86, 115

Mobilidade urbana 42, 43, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 121, 122

Município 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 71, 82, 87, 88, 103, 109, 112, 113, 115, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 169, 182

N

Natureza 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 21, 23, 24, 26, 29, 70, 75, 96, 98, 99, 106, 108, 110, 135, 177, 178, 179

Necessidade 23, 37, 47, 50, 69, 74, 76, 78, 83, 97, 101, 102, 110, 119, 137, 147, 164, 169, 170, 173, 177, 181, 183

O

Ocupação 31, 34, 35, 36, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 98, 102, 103, 104, 112, 114, 138, 166, 196

Organização 6, 8, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 67, 68, 69, 99, 101, 112, 147, 177, 180, 183

P

Paisagem 11, 22, 83, 84, 92, 110

Participação 54, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 91, 147, 165, 180, 197

Patrimônio 45, 50, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186

Pesquisa 1, 2, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 61, 62, 65, 71, 73, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 106, 107, 112, 115, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 138, 142, 147, 148, 174, 187, 188, 192, 199

Pessoas 6, 7, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 65, 74, 78, 110, 111, 112, 117, 119, 143, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 180, 184, 196

Poder 1, 26, 32, 34, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 81, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 111, 137, 146, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 179, 184, 186

População 29, 32, 37, 49, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 91, 101, 105, 112, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 181, 189, 190, 197

Problema 3, 11, 34, 78, 110, 111, 113, 144, 146, 172

R

Relações 2, 3, 4, 7, 8, 15, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 48, 51, 63, 65, 68, 78, 91, 96, 97, 99, 137, 141, 168, 170, 171, 178, 180

Rio 7, 11, 12, 27, 38, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 121, 122, 147, 169, 173, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 198

S

Sociedade 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 38, 46, 47, 63, 68, 70, 74, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 111, 119, 139, 147, 148, 165, 169, 170, 172, 178, 180, 181, 182, 186, 187

Socioambientais 57, 69, 147

Socioeconômicas 111

T

Tecnologia 31, 37, 39, 41, 67, 148

Teórico 3, 26, 28, 29, 183

Território 6, 10, 11, 22, 36, 38, 53, 61, 66, 70, 73, 79, 82, 86, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 135, 137, 138, 144, 169, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 191, 199

Trabalho 2, 14, 16, 17, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 57, 67, 68, 69, 74, 96, 98, 99, 106, 109, 112, 115, 119, 121, 135, 139, 141, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 196

Turismo 51, 82, 85, 93, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 177

U

Urbano 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 85, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 121, 127, 168, 169, 170, 173, 174, 196

V

Violência 7, 75, 105, 109, 110, 111, 117, 121, 135, 142, 146, 148, 168



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021